

Com a participação de autora e relator do Projeto de Lei da Telemedicina, deputados Adriana Ventura e Hiran Gonçalves, especialistas do setor abordaram o uso permanente da tecnologia para cuidados médicos

[>> Confira o evento na íntegra clicando aqui](#)

Até então restrita a casos específicos, no Brasil, a telemedicina passou a ser regulamentada em carácter emergencial na pandemia, para evitar a circulação de pessoas e, consequentemente, a disseminação do coronavírus. Mas como deve ficar o uso do método ao final da crise? A deputada federal e autora do Projeto de Lei da Telemedicina (PL 1998/20), Adriana Ventura, falou sobre este tema durante o Anahp AO VIVO de ontem (13), que também contou com a participação do relator do PL, o deputado federal Hiran Gonçalves.

Presidente da Frente Parlamentar Mista de Telessaúde, que tem por objetivo dar voz a todas as entidades médicas e profissionais do setor, a deputada afirmou que o projeto de telemedicina permanente que protocolou incorpora os aprendizados obtidos com o uso do recurso nos últimos meses, a fim de possibilitar uma maior democratização no acesso à saúde, levando atendimento para todo o país.

Também participou do debate o coordenador do Grupo de Trabalho de Telemedicina da Anahp e gerente médico do Hospital Israelita Albert Einstein, Eduardo Cordioli; o presidente-executivo Abimed, Fernando Silveira; e a sócia e líder da Prática da Saúde da Bain & Company, Luiza Mattos. A moderação ficou a cargo do diretor-executivo da Anahp, Antônio Britto.

Fonte: Anahp, em 14.05.2021